

Seção Especial – Revisitando Balanços Clássicos

Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978, de Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Kinzo

ID Jairo Nicolau¹

<https://orcid.org/0000-0003-2570-1578>

DOI: 10.17666/bib10003/2024

Submetido em: 02/12/2023

Aceito em: 05/12/2023

O artigo “Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978” (Lamounier; Kinzo, 1978) foi publicado como texto único do número 5 da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), lançado em 1978. Os editores dos primeiros números da BIB convidavam especialistas para escreverem sobre determinados temas. Não consegui confirmar se a resenha elaborada por Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Kinzo foi fruto de um desses convites². No artigo, ambos se apresentam como pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise Planejamento (Cebrap), desenvolvendo pesquisas sobre eleições e partidos políticos. Na ocasião, Maria D’Alva Kinzo era também orientada por Bolívar Lamounier no mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)³.

Em 1978, ano em que o texto foi escrito, aconteceriam as últimas eleições bipartidárias do Regime Militar. O texto faz referência ao fato de um dos autores já acompanhar a discussão sobre a formação de novos partidos: “Maria D’Alva Gil Kinzo [estuda] o atual movimento no sentido de formar novos partidos, na medida em que se delineia o fim do bipartidarismo compulsório” (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 125). No entanto, o Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) seriam dissolvidos apenas em dezembro de 1979 e os novos partidos formados somente em 1980.

¹ Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. . E-mail: jairo.nicolau@fgv.br

² A informação foi compartilhada por Charles Pessanha, que trabalhou na equipe que fundou a revista e foi editor da revista por muitos anos.

³ As informações estão no perfil de Maria D’Alva Kinzo. (Almeida, 2008).

O texto aborda as eleições e os partidos políticos em dois regimes políticos muito diferentes. O primeiro – que se estende das eleições de 1945 e vai até o golpe de 1964 – é caracterizado pela criação de novas legendas, pela eleição direta dos chefes do Executivo e membros do Legislativo, em âmbito federal, estadual e municipal, e por um ambiente de amplas liberdades públicas. No segundo período – do começo do Regime Militar até o último ano do governo Geisel (1978) – o pluripartidarismo da República de 1946 dá lugar ao bipartidarismo controlado, diversos cargos deixam de ser eleitos pelo voto direto e lideranças partidárias de oposição são cassadas e perdem os seus direitos políticos.

Os autores segmentaram a literatura em cinco tópicos: paradigmas e principais fontes de referência; representação – aspectos institucionais; representação – recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; partidos – organização e ideologia; comportamento eleitoral e atitudes políticas. A primeira parte do artigo resume as principais contribuições em cada um desses tópicos. A segunda apresenta um levantamento de textos publicados nos cinco tópicos; são listados 249 artigos, livros, dissertações e teses – um número muito maior do que os comentados na primeira parte do artigo.

Na primeira seção da resenha, “Paradigmas e principais fontes de referência”, são incluídos dois tipos de textos.

“De um lado, obras que influenciaram ou refletiram decisivamente os termos do debate político e acadêmico sobre as instituições políticas do país no período considerado. De outro, trabalhos de pesquisa que, pela sua amplitude, devem ser considerados como fontes de referência indispensáveis”. (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 118)

As principais referências dessa seção são autores que escreveram sobre o sistema político brasileiro antes da institucionalização da Ciência Política no país: Vítor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Afonso Arinos de Melo Franco e Orlando de Carvalho.

Embora esses autores tenham publicado em diferentes momentos entre o fim dos anos 1940 e começo dos anos 1960 – portanto, vivendo diferentes fases da política do período –, tinham em comum uma desconfiança em relação aos partidos políticos:

“A forma geral do argumento é bem conhecida, mas não custa repeti-la: temiam os críticos do regime de 1946 que as organizações partidárias não se mostrassem atentas às demandas e necessidades do Brasil “moderno”, das grandes concentrações urbano-industriais, no sentido de representá-las, e aos requisitos de consistência e eficácia que se impunham à ação do Estado como promotor do desenvolvimento”. (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 118)

Nessa seção, Lamounier e Kinzo fazem uma menção rápida a três livros publicados em anos anteriores que se tornaram textos fundadores da moderna Ciência Política brasileira: *Sociedade e Política no Brasil*, de Gláucio Soares (Soares, 1973), *São Paulo e o Estado Nacional*⁴, de Simon Schwartzman (Schwartzman, 1974) e *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, de Maria do Carmo Campelo de Souza

⁴ O livro foi relançado em 1980, com o título de *Bases do autoritarismo brasileiro*. A obra acabou conhecida pelo segundo nome.

(Souza, 1976). Os três trabalhos marcam uma inflexão em relação à tradição ensaística da reflexão política feita no país: são trabalhos desenvolvidos em larga medida no âmbito universitário e que dialogam amplamente com a literatura internacional de ciências sociais.

As duas seções seguintes – “Representação: aspectos institucionais” e “Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos” – exploram diferentes aspectos da representação política: sistemas eleitorais, legislação eleitoral e a atuação dos partidos no legislativo. Até os anos 1970, os estudos sobre as instituições eleitorais eram feitos basicamente por juristas e políticos. O único aspecto que interessava à incipiente Ciência Política brasileira era a desigualdade na representação dos estados na Câmara dos Deputados, que desde o começo a República prejudicou os estados mais populosos (Schwartzman, 1974; Souza, 1976). Para Lamounier e Kinzo, esse desinteresse pelos aspectos institucionais é um reflexo do ambiente intelectual do período:

“Uma rápida investigação sugere, dentro da mesma ordem de ideias, que a literatura sociológica dos anos 50 trabalhava com pressupostos muito frouxos sobre o problema da representação política, ou mesmo com pressupostos de sabor populista-plebiscitário, como se a participação popular e a democracia tivessem melhores chances de se tornarem “autênticas” através de processos de mobilização espontânea, à margem das normas institucionais que regulam e canalizam a representação. Se a isto acrescentarmos uma espécie de doença infantil das ciências sociais – uma tendência a despachar como mera e irrelevante “superestrutura” tudo o que se referisse aos aspectos institucionais do regime – compreendemos facilmente por que o debate sobre a representação permaneceu nos anos cinquenta como uma atribuição quase exclusiva de juristas e de pessoas com experiência direta em cargos políticos, principalmente no legislativo e no judiciário”. (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 121)

Os estudos sobre o Poder Legislativo merecem um lugar de destaque na resenha. Retrospectivamente, podemos observar que os autores desses trabalhos estão majoritariamente vinculados a duas instituições: o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e a Universidade de Brasília (UnB). No IUPERJ, eram desenvolvidas pesquisas sobre o legislativo nacional e o perfil dos representantes do estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, com destaque para algumas dissertações de mestrado (Bahia, 1977; Brigagão, 1973; Carvalho, 1977; Leopoldi, 1977; Santos, 1973). Na UnB, Sérgio Abranches (1973) escreveria a sua dissertação de mestrado sobre o Congresso Nacional e David Fleischer (1977) publicaria um conjunto de artigos sobre o recrutamento e o perfil da elite política de Minas Gerais.

Na seção seguinte, “Partidos: organização e ideologia”, os autores destacam o crescente interesse no tema, com destaque para duas dissertações de mestrado – a de Lúcia Lippi de Oliveira (1973), sobre o Partido Social Democrático, e a de Otávio Ducci, sobre a União Democrática Nacional (Ducci, 1977). Lamounier e Kinzo enumeram diversas pesquisas então em curso, mas sem resultados publicados. Os partidos da República de 1946 ainda não teriam merecido cuidadosas pesquisas devido à combinação de sua natureza organizacional com a visão estereotipada de muitos estudiosos:

“Os partidos de 1946 a 1965, seja pela atmosfera negativa que muitas vezes os cercou, seja por não terem desenvolvido uma organização burocrática extensa

e uma atuação suficientemente contínua, praticamente não foram estudados na perspectiva aqui sugerida. A descrição que mais frequentemente se fez deles foi a de agrupamentos ideológicos indiferenciados; de parentelas familísticas que se projetavam no domínio público; de entidades exclusivamente eleitoreiras e, portanto, sazonais. Não raro estas descrições se justapunham a outro conjunto de estereótipos que aparentemente as contradizia, estabelecendo-se entretanto uma coexistência pacífica, sem dúvida por ser tudo muito vago. Referimos-nos aqui à visão classista dos partidos: o PSD como representante da oligarquia agrária, a UDN, da classe média e da burguesia urbanas, o PTB dos assalariados de baixa renda e do operariado industrial". (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 124)

O último tópico da revisão bibliográfica aborda o comportamento eleitoral e as atitudes políticas. Os autores fazem uma distinção entre os estudos eleitorais "propriamente ditos", baseados em dados oficiais e *surveys*, e os outros tipos de pesquisa. Nesse último caso, estariam os estudos de poder local - monografias sobre elites locais e sua participação nos partidos e no processo eleitoral. Os estudos sobre poder local constituíram um campo próprio da reflexão política dos anos 1960 e 1970 e tratavam de questões clássicas da vida política municipal: "o contraste entre campo e cidade, entre clientela e ideologia, ou, melhor ainda, entre as condições que dificultam e as que facilitam o advento da incerteza no processo político-eleitoral." (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 126).

A *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP) merece destaque na resenha, pois nela foram publicados dezenas de artigos analisando as eleições brasileiras, particularmente os números especiais dedicados aos pleitos de 1958, 1962, 1966 e 1974. Os artigos se baseavam, quase sempre, na análise dos resultados eleitorais de um estado em particular e se caracterizavam por uma ênfase descritiva.

O primeiro *survey* eleitoral foi realizado no estado da Guanabara em 1960 e foi coordenada por Gláucio Soares (1965). Em 1965, o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) utilizaria o mesmo método para investigar as eleições daquele ano na cidade de Belo Horizonte (Cintra, 1968). Em 1974, foram realizadas novas pesquisas de opinião em três estados - São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - e os resultados foram divulgados na coletânea organizada por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (1978). Nas eleições municipais de 1976, um consórcio de instituições universitárias faria um *survey* padronizado em quatro cidades do país: Presidente Prudente (SP), Niterói (RJ), Caxias do Sul (RS) e Juiz de Fora (MG). Os resultados foram publicados no livro *Os partidos e o regime*, organizado por Fábio Wanderley Reis (1978).

A resenha termina sem uma conclusão geral. No entanto, parágrafo final deixa claro a sugestão dos autores: a modernização do país oferecia novos desafios para os estudiosos do sistema representativo brasileiro; desse modo, a reflexão política poderia, enfim, abandonar a velhos temas (mandonismo, coronelismo e clientelismo) de pesquisa da sociologia eleitoral brasileira.

"Mesmo estando próxima, no Brasil, como cremos ser o caso, a superação das condições sociais que justificavam, o apego quase exclusivo de nossa sociologia política aos temas do mandonismo, do coronelismo, do clientelismo, e similares, restam inúmeras outras fontes de imperfeição, de desconexão entre representantes e representados, de rarefação ideológica, e assim por diante. Incorporar estes novos temas à discussão tradicional, mostrando que, apesar das mazelas de sua formação colonial, o Brasil vive hoje problemas de qualquer sociedade complexa

que procura se organizar democraticamente, será talvez a contribuição mais significativa destes estudos em sua fase atual". (Lamounier; Kinzo, 1978, p. 128)

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Kinzo fizeram um exaustivo trabalho de levantamento e organização dos estudos sobre partidos e eleições publicados em pouco mais de três décadas. Vale lembrar que, na época, não existia internet, tampouco bibliotecas online ou textos digitalizados, todos encontrados a poucos cliques do pesquisador. Fazer um levantamento bibliográfico pressupunha ir até uma biblioteca física para buscar livros, periódicos e dissertações sobre o assunto.

Pela perspectiva atual, podemos observar que os autores escrevem em um período de transição, no qual conviveram autores que refletiam sobre a política brasileira, mas não tinham uma carreira de pesquisa na universidade (sobretudo juristas, políticos e jornalistas) e pesquisadores associados aos recém-criados departamentos de Ciência Política, particularmente do IUPERJ e o Departamento de Ciência Política da UFMG. Na listagem que acompanha a resenha, as reflexões de caráter mais ensaístico e descritivo convivem com as dissertações de mestrado em Ciência Política (ainda não havia programas de doutorado de Ciência Política no Brasil). Artigos da tradicional RBEP são listados ao lado de artigos publicados na *Revista Dados*. Pesquisas sobre o poder local ainda dominam os estudos eleitorais, mas são ladeadas pelos artigos que veiculam os primeiros resultados das pesquisas de *survey* realizadas no país.

REFERÊNCIAS

- Abranches, S. H. **O processo legislativo**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1973.
- Almeida, M. H. T. de. Maria D'Alva Kinzo (1951-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 5-8, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200001>
- Bahia, L. H. N. **Reforma constitucional e ordem autoritária**: opinião política do Congresso Nacional (8.a Legislatura). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- Brigagão, C. **Poder e legislativo no Brasil**: análise política da produção legal de 1959 a 1966. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973.
- Carvalho, M. I. V. **A colaboração do Legislativo para o desempenho do Executivo durante o Governo JK**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- Cintra, A. O. Partidos políticos em Belo Horizonte: um Estudo do Eleitorado. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, n. 5, p. 82-112, 1968.
- Ducci, O. S.. A **"União Democrática Nacional" e o Anti-populismo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.
- FLEISCHER, D. V. A Bancada Federal Mineira: Trinta Anos de Recrutamento Político, 1945-1977. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 45, p. 7-58, 1977.

- Lamounier, B.; CARDOSO, F. H. **Os Partidos e as eleições no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1978
- Lamounier, B.; KINZO, M. D.. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil (1945-1978). BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 5, 1978.
- Leopoldi, M. A. P. **Estado e representação de interesses no Brasil**: um estudo sobre o legislativo brasileiro e os representantes políticos na Guanabara. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- Oliveira, L. L. de. **O Partido Social Democrático**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973.
- Reis, F. W. (org.). **Os Partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- Santos, W. G. dos. Paralisia de decisão e com portamento legislativo: a experiência brasileira 1959-1966. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 2, p. 37-46, 1973.
- Schwartzman, S. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel, 1974.
- Soares, G. A. D. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, v. 1, n. 4, p. 49-70, 1965.
- Soares, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.
- Souza, M. do C. C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil**: 1930 a 1964. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Resumo

Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978, de Bolivar Lamounier e Maria D'Alva Kinzo

A resenha escrita por Bolivar Lamounier e Maria D'Alva Kinz e publicada no Boletim de Informação Bibliográfica (BIB) em 1978 apresentou um inventário da literatura sobre partidos e eleições brasileiras no período de 1945-1978. O texto se tornou uma referência para pesquisadores sobre o tema. O objetivo deste artigo é fazer um sumário da resenha, destacando o ambiente intelectual na qual ela foi produzida.

Palavras chaves: *Partidos políticos; Eleições; Representação Política.*

Abstract

Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978 by Bolivar Lamunier and Maria D'Alva Kinzo

Written by Bolivar Lamounier and Maria D'Alva Kinzo, this review published in 1978 on the Boletim de Informação Bibliográfica (BIB) presented an inventory of the literature on Brazilian parties and elections from 1945 to 1978. The text became a reference for researchers on the topic. This article summarizes the review, highlighting the intellectual environment of its production.

Keywords: *Political parties; Elections; Political Representation.*